

■ Antecedentes políticos do operaísmo: os *Quaderni Rossi*⁷

.....César Altamira

As origens do operaísmo italiano podem ser situadas no começo da década de 60, quando os jovens dissidentes do Partido Socialista Italiano (PSI) e do PCI tentaram aplicar a Crítica da Economia Política de Marx ao âmbito geográfico-político italiano, o qual se encontrava no momento da passagem ao amadurecimento industrial.⁸ Impulsionados por um afã não só filológico – de uma maior compreensão de suas leituras sobre Marx – mas também, e fundamentalmente, pelo desejo político de desbastar e tornar transparentes as relações de poder fundamentais na moderna sociedade de classes, os operaístas tentaram confrontar *O Capital* com o estudo real da fábrica italiana. Assim, o operaísmo atribuía uma relevância e um significado particular à luta de classes, buscando dar conta das novas instâncias de ação independente que a classe operária italiana começava a desenvolver naquele momento. Segundo Harry Cleaver (1979, p. 30), o operaísmo evitou toda teorização e abstração em favor da apreensão de conceitos que dessem conta essencialmente da totalidade concreta da luta, cuja determinação já se encontrava designada de antemão.

O “operaísmo italiano” que emergiu em finais dos anos 60 nutriu-se na insurgência operária italiana que adotou a forma não só de total recusa às modalidades de trabalho da chamada organização científica do trabalho, mas também o caráter de um agudíssimo confronto com a política e a ideologia do partido comunista e suas principais organizações sindicais. Este confronto iria crescendo

7 Extraído de *Os marxismos do novo século*, de César Altamira. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

8 Com a publicação de *Storming Heaven* em 2002, Steve Wright produziu o primeiro trabalho histórico sobre o operaísmo italiano a romper com as abordagens tradicionais de cunho autobiográfico que vinham sendo realizadas até aquela época, ao mesmo tempo em que desvelava a superficialidade e a necessidade de se fazer uma leitura crítica e rigorosa de um amplo conjunto de ensaios e trabalhos publicados até então sobre a escola italiana. Utilizando a categoria composição de classe como fio condutor, Wright dá conta das peculiares políticas e controvérsias intelectuais que o operaísmo produziu, não apenas internamente, mas também externamente à geografia política italiana. Para o desenvolvimento da saga política operaísta, apoiamo-nos em grande medida no texto de Wright.

à medida que a dinâmica alcançada pelas lutas, das fábricas até as ruas, escapava ao controle do partido e seus órgãos. Se na França o ponto de ruptura encarnou o maio de 1968, quando milhões de trabalhadores e dezenas de milhares de estudantes ocuparam as fábricas e ergueram barricadas – em uma sublevação verdadeiramente autônoma que tomou de surpresa o governo e o Partido – na Itália a rebelião foi menos dramática: gestada desde o início da década de 60, escapou à compreensão e ao controle da ortodoxia marxista.

O ano de 1962 marcou o começo da insurgência, com a greve selvagem em Turim, coração da produção fabril da Fiat, dando início a um processo que iria culminar, naquele mesmo ano, nos violentos enfrentamentos na Piazza Statuto, onde foi saqueada a sede do sindicato social democrata. De resto, o processo de formação da corrente operaísta estaria marcado pela permanente confluência e fusão do movimento operário com o movimento estudantil e o conflito desencadeado entre, de um lado a classe operária italiana e a intelectualidade militante, e do outro, as organizações oficiais de classe. Isto levaria, com o tempo, à ruptura e à formação de novas organizações, agregadas a um importantíssimo desenvolvimento teórico, contrapartida que gestava a dinâmica de massas.

Nas duas décadas que se seguiram ao seu surgimento, a característica mais importante do operaísmo foi a importância conferida à **relação** entre a estrutura material da classe operária e seu comportamento como sujeito autônomo dos ditames do capital e do próprio movimento operário institucional. O operaísmo entenderá esta relação como o nexa entre a **composição técnica** e a **composição política** da classe. Comprometido com o assalto das classes dominantes, a única teoria válida e aceitável, segundo o operaísmo, para todo o corpo de ideias que se tinha como revolucionária, deveria estar referenciada na análise do comportamento dos setores de classe pertencentes aos espaços produtivos mais avançados da economia. Pode-se bem dizer, neste sentido, que se buscava determinar as leis de mobilidade política da mercadoria força-de-trabalho.

De acordo com Negri (1980, p. 31), o operaísmo italiano surgiu como resposta política à crise que sacudiu o movimento operário durante os anos 1950. Dois fatores internacionais contribuíram para acelerar a crise na esquerda italiana: por um lado, a explosão da revolução húngara; por outro, o colapso do mito stalinista no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). O ano da invasão soviética à Hungria – 1956 – constituiu, nas palavras de Pietro Ingrao (citado por Wright, 2002), um ano inesquecível para os comunistas italianos. Apesar das denúncias de Palmiro Togliatti sobre os perigos que se aproximavam com a degeneração burocrática soviética o PCI viu-se bastante atingido quando a

revelação da verdade sobre o stalinismo induziu ao êxodo político de numerosos intelectuais afiliados, até aquele momento, ao partido. O PSI, por sua vez, conduzido por Pietro Nenni, conseguiu superar, em 1956, os vinte e dois anos de *unidade na ação*, o que o havia vinculado ao PCI, por uma política de consulta. Seis meses depois, por ocasião do 32º Congresso do PSI, Nenni alcançou a direção do partido, e o PSI começou a explorar novos cursos de ação política que culminariam, no início dos anos 60, com o regresso dos socialistas à coalizão de governo encabeçada pela Democracia Cristã.

Embora o colapso da União Soviética tenha ajudado a consolidar um perfil social democrata no interior do PSI, abriu igualmente um espaço, ainda que por pouco tempo, de investigação crítica para a esquerda. Neste espaço decolou Raniero Panzieri, cuja resposta perante as incertezas da época foi continuar avançando na pesquisa da relação entre a classe e sua organização política.

Da mesma maneira que a maioria dos intelectuais do partido, Panzieri aceitava as teses do chamado “caminho italiano” – isto é, “democracia + pacificação” – apoiadas na excepcional experiência histórica da política unitária. Estratégia política que, vista como uma interpretação da ação das massas, baseava-se no pressuposto da coincidência necessária e concreta da luta das massas com os objetivos projetados por uma visão democrática, crítica e construtiva dos problemas nacionais. Panzieri canalizaria suas ideias, tão logo deixou o comitê central do PSI em 1957, para a revista *Mondo Operaio*. Durante seus dezoito meses de existência, a revista converteu-se em foro vivo de debate, em torno tanto dos acontecimentos da época quanto dos diversos autores marxistas (Lukács, Rosa Luxemburgo, Trotsky) vetados pelo socialismo italiano. As concepções de Panzieri iriam mais além dos enunciados oficiais do partido. Embora não renegasse a experiência política institucional, a luta pelo socialismo exigia, segundo Panzieri, a renovação desde baixo do movimento operário, na forma de uma democracia total (Wright, 2002, p. 18). Novas instituições eram requeridas que deitassem raízes na verdadeira fonte do poder, a esfera econômica. Do contrário, o caminho democrático converter-se-ia ou numa espécie de adesão tardia ao reformismo, ou em simples casca protetora de uma concepção dogmática do socialismo.

Foi precisamente o colapso do dogma comunista que tornou possível reafirmar com todo vigor a autonomia como princípio de ação das classes exploradas e oprimidas na luta por sua libertação. Apoiando fortemente esta posição, Panzieri romperia com o PSI que, conduzido por Togliatti, enveredava em direção a uma aliança com a Democracia Cristã. A partir da ideia de que a crise dos partidos e sindicatos italianos era sustentada pelo seu alijamento do movimento real das

lutas e das necessidades dos trabalhadores, Panzieri propunha o retorno à plena e direta ação política da intelectualidade nas bases trabalhadoras como meio de superar a crise política aberta. Surgiam assim os *Quaderni Rossi* (1960-1966).

Desde o começo, os *Quaderni Rossi* haveriam de registrar seus estudos teórico políticos em dois espaços diferenciados. Um deles, articulado pelo resgate da categoria ‘autonomia’, inicialmente acolhida pelo marxismo dissidente dos anos 50. O outro, referenciado na utilização da sociologia burguesa como instrumento de trabalho para compreender a realidade da moderna classe operária. Neste sentido, Panzieri formulava uma questão que logo seria retomada: é possível construir uma sociologia do trabalho e da indústria que não esteja a serviço do desenvolvimento tecnológico e sim das lutas dos trabalhadores?

A novidade dos *Quaderni Rossi* consistia no desenvolvimento da pesquisa operária. À pergunta “por onde começar?” os *Quaderni Rossi* respondiam:

Pela compreensão da classe operária, da nova classe operária e, mais precisamente, da mentalidade das novas gerações que, lutando com a polícia nas ruas em julho de 1960, haviam defendido a democracia de um novo avanço do fascismo (Bologna, 2004).

As reflexões de Panzieri iriam estimular diversos projetos de pesquisa e estudos, muitos deles construídos a partir de entrevistas diretas com os operários de fábrica – fundamentalmente, com os trabalhadores da fábrica da Fiat em Turim, assim como locais de trabalho dotados de importantes avanços tecnológicos, como era o caso da planta da Olivetti em Ivrea e a têxtil Valdilusa (Negri, 1980, p. 58). Essas tarefas constituíram o verdadeiro ponto de partida para a investigação operária de Marx, assim como o renascimento da sociologia do trabalho. O desenvolvimento teórico de Panzieri constituía um verdadeiro avanço em relação à Escola de Frankfurt, preocupada apenas com a planificação capitalista⁹, e também no que tange aos que enfatizavam o desenvolvimento autônomo das lutas de classes, mas que não haviam ainda conseguido concretizar e desenvolver uma teoria própria.

Ora, se o poder dos trabalhadores é o que força a reorganização e as mudanças no capital que se desenvolve, logo o capital não pode ser entendido como uma força externa independente dos trabalhadores. Deve ser entendido como uma ‘relação de classe em si mesma’. Esta ideia levaria Tronti (outra das figuras em-

9 “O frankfurtismo é uma concepção na qual o totalitarismo da produção capitalista não vê a presença de um antagonismo operário, nega totalmente o fato de que este processo de exploração seja o processo de uma relação” (Negri, 1980, p. 68).

blemáticas de *Quaderni Rossi* e *Classe Operaia*) a uma justaposição teórica da força de trabalho e a classe operária. Em outras palavras, enquanto o capital tenta incorporar a classe trabalhadora *em si*, como simples força de trabalho, o movimento operário se autoafirma como classe independente *para si*, através das lutas que rompem o processo de autorreprodução capitalista.

Alessandro Pizzorno argumentava, já naquela época, sobre a necessidade de modernizar a análise, à medida que muita coisa havia mudado desde o tempo de Marx e Lenin. Outros membros do PSI mostravam-se resistentes a tentar novos caminhos de estudo e investigação. Por sua vez, o marxismo dissidente dos anos 50 havia feito da pesquisa sociológica o instrumento para estabelecer uma nova relação orgânica entre os intelectuais e a classe trabalhadora, com base na produção conjunta de conhecimento social “desde baixo”. Para Danilo Montaldi¹⁰, as histórias de vida e as entrevistas desempenhavam igualmente um papel central contra a cultura das “classes” do marxismo oficial. Neste percurso, os *Quaderni Rossi* contariam também com o aporte daqueles grupos que, abandonando o âmbito do trotskismo, haviam resolvido abordar a verdadeira experiência proletária mediante o estudo de seu comportamento. Referimos a *Socialismo ou Barbárie*, de Cornelius Castoriadis e Claude Lefort¹¹ na França, assim como ao grupo formado nos Estados Unidos por Raya Dunayevskaya e C.L.R. James.

As pesquisas também levariam a algumas conclusões importantes para o desenvolvimento do operáismo. Em primeiro lugar, à constatação de que o antagonismo de classe contra a organização capitalista do trabalho, ainda que contraditório em sua forma, era permanente e universal. Em segundo lugar, mostravam que a separação entre a classe e os partidos ou sindicatos, que pretendiam se converter em seus representantes, estava assentada em uma clivagem estrutural. De qualquer maneira, a falta de unanimidade no interior do grupo impediu o avanço sistemático do estudo proposto.

Romano Alquati, principal apoiador da pesquisa operária com viés marxista, lançou, em conjunto com Romolo Goggi e Gianfranco Farina¹², as bases

10 Que havia abandonado o PCI em 1946, em oposição à linha de Togliatti de “reconciliação nacional”.

11 A revista *Socialismo ou Barbárie* era uma publicação francesa porta voz do grupo homônimo proveniente do trotskismo heterodoxo que, através de uma crítica ao stalinismo, construiu uma interessante revisão crítica do marxismo. Seu principal teórico foi Cornelius Castoriadis.

12 Gianfranco Farina fez parte da experiência de *Classe Operaia*, mas não chegou a se incorporar no Potere Operaio. Manteve relações com os grupos anarquistas de 1970. Morreu na prisão, em 1981.

metodológicas da pesquisa. No entanto, Alquati, também integrante dos *Quaderni Rossi*, manifestou desde o início suas divergências com Panzieri, apenas aceitando incorporar a sociologia como espaço interno, como uma primeira aproximação à auto-investigação que a organização autônoma da classe demandava. Posteriormente, Alquati iria responsabilizar Panzieri pelas transgressões produzidas por uma confiança desmedida na ciência social tradicional, mais do que no desenvolvimento da reconstrução marxiana desde a ótica da crítica da economia política.

De toda maneira, o grupo formado ao redor de Panzieri assim que ele saiu de Turim – Tronti em Roma com militantes do PCI, Luciano Dela Mea em Milão com militantes do PSI e Negri no Veneto, também com militantes do PSI – estava consciente das limitações envolvidas no trabalho de **pesquisa-ação**, ao tratar as percepções subjetivas como simples espelhos superficiais das relações sociais capitalistas. Em todo caso, estavam prevenidos e buscavam inserir seu trabalho de pesquisa em uma estrutura similar à da enquête operária de Marx de 1880, enfatizando a construção de um quadro que pudesse dar conta da composição técnica e política da força de trabalho. Panzieri abriu caminho para novos desenvolvimentos teóricos com sua releitura do volume I de *O Capital*, que resultou no trabalhos “O uso capitalista da máquina: Marx *versus* os objetivistas” e “Mais-valia e planificação, notas e leituras sobre o volume I”.

O primeiro número dos *Quaderni Rossi* apareceu na segunda metade de 1961, gerando uma grande controvérsia no movimento trabalhista. Um ano mais tarde era incorporado o núcleo romano ligado a Tronti. Contudo, em outubro de 1964 o grupo foi sacudido pela morte inesperada de Panzieri, da qual nunca se recuperaria, até desaparecer definitivamente quatro anos mais tarde. A polarização e as diferenças no interior do grupo não diminuíram; as divergentes interpretações sobre o comportamento de classe tiveram mais força do que a perspectiva comum de impulsionar uma prática política compartilhada. Apesar disto, pode-se dizer que nos três primeiros números de *Quaderni Rossi* já se haviam delineado os principais eixos que configurariam os temas centrais do operaísmo italiano.

Uma primeira tarefa visava elucidar o significado atribuído ao desenvolvimento do capitalismo. Até aquele momento, não eram poucos os que, amparados na relação binária *forças produtivas-relações sociais de produção*, apesar do ciclo econômico bem sucedido do pós-guerra, postulassem a existência de uma oposição excludente entre capitalismo e desenvolvimento. Diante do milagre italiano, os teóricos do PCI e do PSI aderiram à leitura do crescimento vinculado ao desenvolvimento tecnológico interno e propulsor de uma força progressiva autônoma e inata. *Quaderni Rossi* rechaçaria a tese assentada nesta falsa relação

binária, avançando no estudo da relação entre classe operária e desenvolvimento tecnológico, chegando a conclusões bastante críticas sobre a cultura sindical da Confederação Geral do Trabalho Italiana (CGIL) e sua aceitação subalterna com relação ao desenvolvimento capitalista.

Em sua primeira contribuição a *Quaderni Rossi* com o texto de 1962 “A fábrica e a sociedade”, Tronti (2001), buscando ‘uma depuração marxista do marxismo’, tentava dar conta das mudanças que a generalização da mais-valia relativa, sob a forma de *capital social*, havia forçado na sociedade capitalista.

O operáismo tentava, a partir da ótica do marxismo, avançar na análise da relação entre luta de classes, desenvolvimento e formas de exploração. O exemplo histórico da lição britânica de meados do século XIX poderia ser sintetizado, segundo Tronti (2001, p. 51), no fato de que “a pressão da força de trabalho é capaz de construir o capital ao modificar sua composição interna, intervindo no interior do capital como componente essencial do desenvolvimento capitalista”. Para Tronti, a relação social não está nunca separada da relação de produção, e a relação de produção se identifica cada vez mais com a relação social de fábrica. E a relação social de fábrica adquire cada vez mais um conteúdo diretamente político (ibidem, p. 58).

O segundo objetivo postulado por Tronti em “A fábrica e a sociedade” era o de descrever as dimensões que adquiria o processo de socialização capitalista. Em 1923, Lukács já havia argumentado que o destino dos trabalhadores tornava-se o destino da sociedade em seu conjunto, na medida em que a fábrica contém, de maneira concentrada, toda a estrutura da sociedade capitalista. O advento da indústria em grande escala significava para Tronti que a fábrica passava não só a enfrentar a sociedade, mas tendia a absorvê-la completamente. Enquanto a subsunção de todas as relações sociais ao capital crescia com a generalização da relação salarial, a crescente proletarianização das novas camadas sociais adquiria uma forma mistificada. “Quando a fábrica se apodera de toda a sociedade – toda a produção se converte em produção industrial – então os traços específicos da fábrica se perdem dentro dos traços genéricos da sociedade” (Tronti, 2001, p. 57). *Quando toda a sociedade é reduzida à fábrica, a fábrica enquanto tal tende a desaparecer*. Esta manifestação constitui, para Tronti, um dos fenômenos invertidos que se apresentam diante do surgimento da chamada “fábrica social”.

De resto, o guarda-chuva do capital social invalidava toda derivação substantiva da concorrência inter-capitalista, motivo pelo qual a contradição capitalista passou a ocupar o lugar de categoria subordinada, enquanto o capital lançava seu poder sobre o conjunto da sociedade. A partir daquele momento, a

planificação socialista, como organização social que se contrapunha à anarquia capitalista, ficava ultrapassada diante do avanço da planificação capitalista. E, neste mesmo ato, o socialismo existente era desfeito.

Não menos importante é a leitura que o operaísmo do Estado fará, a partir da análise de Tronti. Para esta corrente política, a máquina política de estado tendia a se identificar cada vez mais com a figura do capitalista coletivo; convertia-se cada vez mais em propriedade do modo capitalista de produção, operando, portanto, em função do capitalista. Daí que, no processo da morte do capital, a maquinaria de estado burguês deveria ser destruída junto com a fábrica capitalista. Na realidade, Panzieri já havia antecipado análises similares. A novidade em Tronti estava nas implicações políticas que doravante assumiria o duplo caráter do trabalho. A partir daquele momento, Tronti passava a analisar a classe operária em sua luta contra o capital, não mais como elemento externo ao próprio capital. “A classe operária deve descobrir-se a si mesma, sua materialidade, como *parte* do capital, se quiser depois contrapor *todo* o capital a si mesma. Deve reconhecer-se como um **elemento particular** do capital se quiser apresentar-se como sua antagonista **geral**”. Agregando em seguida que “o trabalho precisa ver a força de trabalho **enquanto mercadoria** como seu próprio inimigo, de maneira a poder declinar a íntima natureza do capital em potencialidade antagônica das partes que organicamente o compõem” (Tronti, 2001, p. 60).

O aspecto mais interessante deste argumento refere-se às consequências que trazem embutidas a superação das relações sociais capitalistas, agora incorporando uma orientação completamente diferente daquela tradicionalmente adotada, desta vez dirigida para a construção da auto-organização produtiva operária. Se, como todos os descobrimentos de Tronti, a luta contra o trabalho era resultado de dedução lógica, este processo remetia a um escalão superior do marxismo, relacionado aos problemas que o trabalho parcelado da grande indústria representava para as forças que resistiam a ele. Embora este ponto nunca tenha sido motivo de discussão com Panzieri, a defesa realizada por Tronti sobre o antagonismo existente entre trabalho e força de trabalho constituiu, de fato um sinal precoce a ser incorporado no vasto campo cultural que logo dividiria os *Quaderni Rossi*.

Ao enfatizar em “A fábrica e a sociedade” que as relações de produção são, sobretudo, relações de poder, Tronti recuperava o espírito político da *Crítica da Economia Política* de Marx, enquanto a identificação da contradição política, sob a forma mercadoria, promovia uma nova e genuína estratégia política anticapitalista.

Ao longo do desenvolvimento do operariado, a abordagem do papel da tecnologia no processo de desenvolvimento capitalista também obteve significativa consideração. Uma das principais contribuições de Panzieri foi desafiar e se diferenciar de uma leitura, compartilhada por grande parte dos marxistas italianos, que considerava o progresso tecnológico como algo separado e descolado de toda relação de classe. Incapazes de visualizar que uma interpretação baseada em uma suposta racionalidade objetiva e indiferenciada jamais poderia ser utilizada para analisar a produção capitalista, não conseguiam entender que era (e é) precisamente o despotismo capitalista que assume a forma da racionalidade tecnológica. O uso capitalista da máquina não constitui, afirmava Panzieri em seu trabalho, um desvio ou deformação de algum desenvolvimento objetivo que seja racional em si mesmo. Ao contrário, o capital determinara tecnologicamente o desenvolvimento. Em segundo lugar, as gigantescas forças naturais e a massa de trabalho social estão incorporados no sistema de maquinaria conjunto que, em termos globais, constitui o poder do senhor. Por isto que, na relação com o trabalhador individual, o desenvolvimento tecnológico apresenta-se a si mesmo como desenvolvimento do capitalismo, **como capital**. À medida que o processo de industrialização avança, incorporando novos níveis de progresso tecnológico, verifica-se um crescimento contínuo da autoridade capitalista. Na realidade, na mente do capitalista, o comando e a dominação do trabalho morto, através da forma de ciência e maquinaria, eram uma só e a mesma coisa.

Outro dos temas que percorreu a maioria dos ensaios publicados nos *Quaderni Rossi*, diretamente relacionado com o desenvolvimento da categoria **composição de classe**, foi a insistência na existência de uma nova classe operária com necessidades e comportamentos que não se correspondiam com as que caracterizavam ao velho movimento operário. Inicialmente com base nos trabalhos que Romano Alquati realizara em duas das maiores firmas da Itália – Olivetti e Fiat – acabariam registrando problemáticas não detectadas pela esquerda sindical tradicional. Assistia-se a fortes mudanças na composição de classe a partir de um processo de desqualificação e requalificação da força de trabalho, enquanto se incorporava ao processo de produção uma nova força de trabalho, ainda que de menor qualificação.

Esse processo, de socialização massiva da desqualificação, provocou, paralelamente, o esvaziamento do trabalho do seu conteúdo concreto, enquanto potencializava seu caráter abstrato, comum a todos os trabalhadores. Embora o relatório de Alquati sobre a Fiat não mencionasse de forma explícita a categoria composição de classe, de fato dava conta dela ao abordar as variadas formas que

adotava o comportamento da classe em momentos em que se inseriam formas particulares de força de trabalho em processos de produção específicos. O relatório de Alquati não somente deixava de lado qualquer etiqueta sobre uma classe mitologizada como objeto de estudo por inúmeros intelectuais de esquerda, que tinham rejeitado veementemente qualquer comportamento que a distanciasse da ideologia socialista e que a aproximasse ao espontaneísmo, como também, ao mesmo tempo, reposicionava o espontaneísmo e adotava uma leitura de *O que fazer?* onde a espontaneidade era vista como a forma embrionária da consciência. Não se tratava de descartar as ações espontâneas. Pelo contrário, Alquati reconhecia nelas um significado político inato. Visto desta maneira, o termo **espontaneidade** conferia um significado à já existente, porém invisível, forma de organização alcançada pelos trabalhadores na ausência de uma organização operária formal.

Embora a tensão entre ser e consciência, entre condições materiais e subjetividade, tenham sido lugares comuns em Marx, seus seguidores tinham congelado essa relação abordando essa tensão a partir de rígidos preconceitos imutáveis no tempo e no espaço. Apesar de Alquati coincidir com Lenin em que a consciência de classe provinha de fora, ele rejeitava a ideia que a mesma pudesse fazê-lo fora do processo produtivo. Finalmente Alquati não considerava, diferentemente de Lenin, a organização política como mero reflexo da divisão capitalista do trabalho. Na verdade, esta devia ser enxergada como resposta ao irracionalismo do próprio processo de produção. Alquati aproximava-se do que ele mesmo denominaria no seu relatório o tema fundamental do marxismo leninismo, aquele da transformação das forças objetivas em forças subjetivas, quer dizer, a problemática da organização política. Levantava a questão de que a organização política deveria responder à realidade atual da exploração de classe. Igualmente, no relatório da Fiat, Alquati mostrava-se influenciado pela ideologia da auto-organização produtiva tão defendida por Panzieri e a ultra-esquerda da época. Sua leitura, nesse aspecto, retomava as ideias de *Socialismo ou Barbárie*, que via na divisão social do trabalho tanto a expressão de um setor que dirigia o trabalho e a vida social, quanto a de um setor majoritário que simplesmente executava. De qualquer forma, suas análises não consideravam as ideias de Panzieri, para o qual, em determinadas circunstâncias, as relações de classe podiam elas mesmas assumir a forma de máquinas. É possível concluir que, apesar de que o primeiro trabalho de Alquati sobre a Fiat ter servido para aprofundar alguns aspectos e transformações na classe operária italiana, não deixou de ser o produto de um olhar político tradicional, embora dissidente.

O trabalho sobre a Olivetti, ao contrário, mostraria uma notável influência das ideias antecipadas por Tronti e Panzieri. Comparado ao relatório sobre a Fiat, o trabalho sobre a Olivetti colocava uma ênfase particular na análise da relação entre operários e máquinas. Agora, para Alquati, a introdução da nova maquinaria era uma amostra do nível geral e da qualidade das relações de força entre as classes naquele momento. Da mesma forma que Taylor tinha desintegrado politicamente o proletariado como força política, o comando capitalista, mediante a introdução das máquinas, poderia atingir o mesmo objetivo. A máquina era vista como parte integrante do edifício de dominação capitalista socializado (Wright, 2002, p. 55). Para Alquati, falar de desenvolvimento capitalista em termos de forças produtivas socialmente neutras, imersas em relações de produção decadentes, já não era adequado. Devia-se substituir essa visão por uma leitura de oposição de classe contra classe com final aberto.

Surgia assim uma nova corrente marxista fundada na relação estabelecida entre a autonomia da classe com relação ao poder do capital e a organização que a própria classe podia construir, mostrando como os operários forjavam e descartavam formas de organização de acordo com o caráter concreto que assumia a relação de classe. Sindicatos, partidos social-democratas, conselhos operários, partidos leninistas, constituem nesse sentido, para a corrente operaísta, produtos históricos particulares de organização da classe. Desta maneira, deslocava-se o foco de estudo do auto-desenvolvimento do capital ao auto-desenvolvimento da classe trabalhadora, pondo a nu nesse ato o idealismo daqueles marxistas que concebiam um caráter permanente e eterno das relações estabelecidas entre a forma do capital e as formas de organização da classe operária. Dessa maneira, foi sendo elaborado um corpo teórico que buscava dar conta de um paulatino descolamento – em ato – dos operários italianos com relação a suas organizações **oficiais**, assim como o deslocamento de seus pontos de referência orientados a novas modalidades de organização.

Paralelamente, desenvolveu-se uma corrente de pensamento que avançou ao determinar a relação entre a dinâmica das lutas operárias europeias contra a **planificação** capitalista, e os diversos termos de unidade e organização que a classe assumia na confrontação com o capital. Estabelecia-se assim uma relação entre a **composição de classe** e as formas de **organização das lutas**. Sergio Bologna (1977), em seu estudo sobre os processos de sovietação e das formas-conselho na organização dos operários alemães, estabeleceu uma correlação entre as modalidades particulares que assumia a organização impulsionada pela apropriação dos instrumentos de trabalho, com a alta concentração de trabalhadores qualificados e

prévio controle destes instrumentos. Dito de outra maneira, trata-se de uma relação entre a composição de classe e as formas de organização adotadas.

Essa abordagem tentou dar conta não apenas das lutas no chão de fábrica, mas também do papel do Estado keynesiano no milagre econômico italiano do pós-guerra. Nesse momento, expressava-se mais uma vez uma ruptura e/ou distanciamento da Escola de Frankfurt. A Escola de Frankfurt, com efeito, abordou o keynesianismo como uma tentativa capitalista de controle e integração do movimento operário ajustado a uma lógica de consumo, na medida em que buscava satisfazer suas necessidades de consumo. As análises de Toni Negri sobre o tema constituiriam uma importante resposta a essa concepção.

Referências

BOLOGNA, Sergio. “*Storming Heaven: Class Composition and Struggle in Italian Autonomist Marxism*, revision book”, mimeo, 2004.

_____. “The tribe of moles”, disponível em www.geocities.com/cordobaafk/moles.html, 1977.

CLEAVER, Harry. *Reading capital politically*. Austin: University of Texas Press, 1979.

NEGRI, Antonio. *Del obrero masa al obrero social*. Barcelona: Anagrama, 1980.

TRONTI, Mario. *Obreros y capital* [1971]. Madri: Akal, 2001.

WRIGHT, Steve. *Storming Heaven. Class Composition and Struggle in Italian Autonomist Marxism*. Londres: Pluto Press, 2002.

■.....César Altamira nasceu em Córdoba, Argentina, onde participou das revoltas estudantis de meados dos anos 1960 e das lutas do Cordobazo. Continuou sua atividade política na década de 1970 na chamada Esquerda Socialista de Córdoba até 1976, se quando exilou no México. Ali, exerceu a docência universitária, fez pós-graduação em economia política e participou de diversos organismos políticos do exílio argentino e latino-americano. Publicou outros artigos relacionados com a mesma temática do livro *Os Marxismos do Novo Século* (Coleção A Política no Império, Ed. Record, 2008), entre os quais “A guerra como controle da multidão”, em *Diálogos sobre a globalização, a multidão e a experiência argentina*.